MÉTODOS DE DEPRECIAÇÃO UTILIZADOS PELAS ENTIDADES PÚBLICAS

Patricia de Souza Machado Gonçalves

Resumo: O objetivo deste artigo é identificar os métodos de depreciações utilizados pelas entidades públicas e como cada método é calculado, no qual o setor público é obrigado registrar as depreciações providos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). A pesquisa realizada foi bibliográfica e documental, demonstrando através de informações do SIAFI, NBCT e do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) os novos procedimentos a serem adotados para registro da depreciação dos bens tangíveis e intangíveis e descrevendo a forma de cálculo de acordo com cada método. Os resultados evidenciaram que os novos procedimentos, conceitos e regras relativos à depreciação no setor público, estão adequados para serem aplicados pelas entidades públicas, conforme sua necessidade e particularidade individual de qualquer bem público.

Palavras-chave: Patrimônio Público. Depreciação. Métodos

1 INTRODUÇÃO

Cada cidadão possui seu próprio patrimônio, seus bens particulares, onde preservam e zelam pelos mesmos. Com os bens públicos não seria diferente. Todo cidadão tem o dever de respeitar e zelar pelo patrimônio público, e cabe ao setor público administrar e gerenciar estes bens que pertencem ao povo. O patrimônio público constitui-se no conjunto de bens, valores, créditos e obrigações de conteúdo econômico e avaliáveis em moeda, utilizado pela Fazenda Pública para alcançar seus objetivos (BEZERRA FILHO, 2008).

Os bens móveis e imóveis adquiridos pelas entidades públicas, sofrem o desgaste normal por uso e pelas ações do tempo. A esse desgaste a contabilidade dá o nome de depreciação.

A depreciação é um registro que todas as entidades públicas devem realizar, onde são evidenciadas nas demonstrações contábeis.

Conforme MCASP (2013, pg. 191), “a estimativa da vida útil econômica do bem é definida com base em alguns fatores, como Desgaste físico, pelo uso ou não; Geração de benefícios futuros; Limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo; e Obsolescência tecnológica”.

Para apuração da vida útil econômica do bem, a NBCT 16.9 (2017) possibilita a utilização de três métodos para cálculo da depreciação:

13 . Os métodos de depreciação, amortização e exaustão devem ser compatíveis com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente.

14. Sem prejuízo da utilização de outros métodos de cálculo dos encargos de depreciação, podem ser adotados:
 - (a) o método das quotas constantes;
 - (b) o método das somas dos dígitos;
 - (c) o método das unidades produzidas.
15. A depreciação de bens imóveis deve ser calculada com base, exclusivamente, no custo de construção, deduzido o valor dos terrenos.

Com base na obrigatoriedade do registro de depreciação e de alguns métodos que a entidade pode escolher para efetuar tais registros, surge a necessidade de avaliar quais são estes métodos de depreciação e quais suas fórmulas de serem calculadas. Assim sendo, formulou-se o seguinte problema: Quais os métodos de depreciação e como são calculados nas entidades públicas?

O objetivo deste artigo consiste em identificar quais os métodos de depreciação e como são calculados nas entidades públicas, tendo três principais etapas para seu alcance: descrever sobre a Depreciação, Exaustão e Amortização, analisar os métodos de depreciação previstos na NBC T 16.9 e evidenciar as fórmulas de cálculos da depreciação aplicadas pelas Entidade Pública.

O intuito de encontrar respostas ao problema da pesquisa e atingir os objetivos elaborados, serão utilizados alguns procedimentos metodológicos.

Entende-se por metodologia o modo como o pesquisador desenvolverá seu trabalho. Para Martins (2008, p.85) “é a etapa que dará início a pesquisa propriamente dita, com a busca exaustiva de dados recorrendo-se aos tipos de pesquisa mais adequados ao tratamento científico ao tema escolhido”.

Em relação aos procedimentos, essa pesquisa adota a pesquisa bibliográfica e documental, pois serão pautados no referencial teórico existente como livros, leis e normas que rege o Patrimônio Público.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico será apresentado o referencial teórico deste estudo, abordando inicialmente o Patrimônio Público e sua depreciação, destacando-se os tipos de método de depreciação, demonstrando conceitos, objetivos e fórmulas aplicadas em cada método.

2.1 Conceitos de Patrimônio Público

Os bens que compõem o patrimônio são denominados bens públicos, e o Art. 98 do Código Civil Brasileiro dispõe que “são públicos os bens do domínio nacional

pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem” (Lei 10406/2002).

O patrimônio público é composto por bens tangíveis, (móveis e imóveis) pertencentes as pessoas jurídicas de direito público. A NBC T 16.2 (2008) afirma que

Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. (NBC T 16.2, 2008, p.07).

Nas informações apontadas anteriormente pela NBC T16.2 (2008), os bens móveis e imóveis são classificados como bens tangíveis, onde “bem móveis compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social” (MCASP, 2013, p.168).

A mesma norma (2008) define que os bens imóveis “compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos” (MCASP, 2013, p.168). E completa sua definição, classificando os bens imóveis em:

- a. **Bens de uso especial:** compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas, como imóveis residenciais, terrenos, glebas, aquartelamento, aeroportos, açudes, fazendas, museus, hospitais, hotéis dentre outros.
- b. **Bens dominiais:** compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispendo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, como apartamentos, armazéns, casas, glebas, terrenos, lojas, bens destinados a reforma agrária, dentre outros.
- c. **Bens de uso comum do povo:** podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.
- d. **Bens imóveis em andamento:** compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos. Exemplos: obras em andamento, estudos e projetos (que englobem limpeza do terreno, serviços topográficos etc), benfeitoria em propriedade de terceiros, dentre outros.
- e. **Demais bens imóveis:** compreendem os demais bens imóveis não classificados anteriormente. Exemplo: bens imóveis locados para terceiros, imóveis em poder de terceiros, dentre outros bens.

Os bens tangíveis que pertencem as entidades públicas ou privadas, sofrem o desgaste normal por uso e pelas ações do tempo e esse desgaste caracteriza-se como depreciação.

2.2 Definição de Depreciação, Amortização e Exaustão

O registro da depreciação, exaustão e amortização é devido quando o bem tiver vida útil econômica limitada. O MCASP (2017) traz a definição e separa cada registro, afirmando que

A depreciação é feita para elementos patrimoniais tangíveis e tem múltiplas causas da redução do valor - o uso, a ação da natureza e obsolescência, de forma que se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso. A amortização é realizada para elementos patrimoniais de direitos de propriedades e bens intangíveis. A causa que influencia a redução do valor é a existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. Por fim, a exaustão é realizada para elementos de recursos naturais esgotáveis e a principal causa da redução do valor é a exploração. MCASP (2017, pg. 175)

Conforme a NBC T 16.10 (2017) , ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. “Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas” (NBC T 16.10, 2017, p.05).

2.3 Vida útil econômica x Bens depreciáveis

Para que o bem seja depreciado, deve ser necessário estimar a vida útil econômica do bem, e para isso tem-se alguns fatores, como “a capacidade de geração de benefícios futuros; o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não; a obsolescência tecnológica; os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo” (NBC T 16.09, 2017, p.03).

A vida útil econômica, segundo o Manual “é o período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo, ou número de unidade de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo” (MCASP, 2017, p.170).

A depreciação se aplica para bens móveis e imóveis sujeitos a desgaste física, devido ao uso ou obsolescência. Mas também existem bens que não se encontram sujeitos à depreciação no qual não possuem vida útil econômica limitada, como terrenos e os bens de natureza cultural.

Com isso, a norma NBC T 16.9 (2017, p.03) traz mais exemplos sobre estes bens não depreciáveis:

a) bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antigüidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

- (b) bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;
- (c) animais que se destinam à exposição e à preservação;
- (d) terrenos rurais e urbanos.

Também é permitida a definição da vida útil conforme o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Manual Siafi. O Manual SIAFI (2010) determina a vida útil e valor residual das contas do ativo imobilizado sujeitas à depreciação, amortização ou exaustão. Na tabela abaixo estão ilustradas algumas dessas contas, classificadas por prazo de vida útil:

Tabela 1 - Lista de conta contábil com vida útil e valor residual

Conta	Título	Vida útil (anos)	Valor residual
1.4.2.1.2.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROC. DE DADOS	5	10%
1.4.2.1.2.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
1.4.2.1.2.24.00	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
1.4.2.1.2.38.00	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10	10%
1.4.2.1.2.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
1.4.2.1.2.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
1.4.2.1.2.52.00	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15	10%
1.4.2.1.2.14.00	ARMAMENTOS	20	15%
1.4.2.1.2.22.00	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
1.4.2.1.2.54.00	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESS. AERONÁUTICAS	30	10%
1.4.2.1.2.56.00	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESS. DE PROTEÇÃO AO VOO	30	10%

Fonte: Manual SIAFI (2010)

Além de definir a vida útil econômica do bem, será necessário entender com base em que valor é aplicado a depreciação. Para isso o MCASP fala sobre o “valor líquido contábil, que é o valor do bem registrado na Contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.” (MCASP, 2017, p.170). A norma (2017) traz também a definição de valor depreciável, que é o custo de um ativo, menos o seu valor residual.

E por fim, para saber até onde o bem pode ser depreciado, deve-se definir o valor residual do bem, conforme MCASP (2017, p.170):

É o valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, caso o ativo já tivesse a idade, a condição esperada e o tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil. O cálculo do valor residual é feito por estimativa, sendo seu valor determinado antes do início da depreciação. Assim, o valor residual seria o valor de mercado depois de efetuada toda a depreciação. O valor residual é determinado para que a depreciação não seja incidente em cem por cento do valor do bem, e desta forma não sejam registradas variações patrimoniais diminutivas além das realmente incorridas.

Para calcular os registros de depreciação, amortização ou exaustão nas Entidades Públicas, é necessário aplicar cálculos com base em métodos que a entidade adotar.

2.4 Métodos de Depreciação, Amortização e Exaustão

O método de depreciação deve refletir o padrão em que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo são consumidos pela entidade.

Conforme MCASP (2013):

Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para alocar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil. Não é exigido que todos os bens sejam avaliados pelo mesmo método. Dentre os métodos, destaca-se o da linha reta (ou cotas constantes), o da soma dos dígitos e o de unidades produzidas (MCASP, 2017, p.192).

A NBC T 16.9 (2017), orienta os profissionais da área na prática desse procedimento, estabelecendo conceitos, regras e metodologias cálculo. Foi estabelecido nesta norma a sugestão de depreciação para o setor público a utilização de três metodologias de cálculo: das quotas constantes, da soma dos dígitos e o das unidades produzidas, não descartando a utilização de outros métodos.

Ressalta-se que o valor depreciado, amortizado ou exaurido, que é apurado mensalmente, deve ser reconhecido durante sua vida útil econômica.

2.4.1 Método das Quotas Constantes (Linear)

Neste método, as quotas são iguais a cada período, por isso do nome de constantes. Segundo o Manual, “o método das cotas constantes utiliza-se de taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere” (MCASP, 2017, p.192).

Para melhor exemplificar o Manual traz o método em um caso prático:

Tabela 2 – Método Linear:

Valor bruto contábil é R\$ 2.600,00 Valor residual de R\$ 600,00 Valor depreciável de R\$ 2.000,00 Vida útil do bem é de cinco anos Taxa de depreciação ao ano é de 20%	Caso Prático 1			
	Ano	Depreciação	Depreciação Acumulada	Valor Líquido Contábil
	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00	R\$ 2.200,00
	2	R\$ 400,00	R\$ 800,00	R\$ 1.800,00
	3	R\$ 400,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.400,00
	4	R\$ 400,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.000,00
	5	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00	R\$ 600,00
				Valor Residual = R\$ 600,00

Fonte: MCASP, 2017, p. 193

Neste método o valor depreciável anual será sempre o mesmo valor, restando exatamente o valor residual, no qual o bem não poderá mais ser depreciado, cabendo a entidade avaliar se este bem será reavaliado ou baixado.

2.4.2 Método da Soma de Dígitos

Neste método, poderão ser utilizadas quotas de depreciação crescente ou decrescente ao longo do tempo, ao contrário do método linear, que as quotas são iguais.

“O método da soma dos dígitos resulta em uma taxa decrescente durante a vida útil. Esse é o método mais adequado para itens como, por exemplo, veículos, que costumam ter uma depreciação maior nos primeiros anos de uso” (MCASP, 2017, p.192).

Para melhor exemplificar o Manual traz o método em um caso prático:

Tabela 3 – Método Soma de Dígitos:

	Caso Prático 2			
	Ano	Depreciação	Depreciação Acumulada	Valor Líquido Contábil
O valor bruto contábil é R\$ 2.600,00 Valor residual de R\$ 600,00 Valor depreciável de R\$ 2.000,00 Vida útil do bem é de cinco anos Taxa de depreciação ao ano é de 20%		$5/15 \times 2000,00 = R\$ 666,67$	R\$ 666,67	R\$ 1.933,33
	2	$4/15 \times 2000,00 = R\$ 533,33$	R\$ 1.200,00	R\$ 1.400,00
	3	$3/15 \times 2000,00 = R\$ 400,00$	R\$ 1.600,00	R\$ 1.000,00
	4	$2/15 \times 2000,00 = R\$ 266,67$	R\$ 1.866,67	R\$ 733,33
	5	$1/15 \times 2000,00 = R\$ 133,33$	R\$ 2.000,00	R\$ 600,00
	Valor Residual = R\$ 600,00			

Fonte: MCASP, 2017, p. 193

Neste método foi utilizado o método crescente anual, no qual os primeiros anos o valor depreciado será maior e vai diminuído gradativamente, chegando no mesmo valor residual já previsto pela entidade.

2.4.3 Método das Unidades Produzidas

Este método tem como característica o registro do encargo da depreciação com base no número de produção de um determinado bem.

“O método das unidades produzidas resulta em uma taxa baseada no uso ou produção esperados. A vida útil do bem é determinada pela capacidade de produção” (MCASP, 2017, p.192).

Para melhor exemplificar o Manual traz o método em um caso prático:

Tabela 4 – Unidades Produzidas:

	Caso Prático 3			
	Ano	Depreciação	Depreciação Acumulada	Valor Líquido Contábil
Valor bruto contábil é R\$ 2.600,00	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
Valor residual de R\$ 600,00	2	R\$ 200,00	R\$ 400,00	R\$ 2.200,00
Valor depreciável de R\$ 2.000,00	3	R\$ 200,00	R\$ 600,00	R\$ 2.000,00
Vida útil do bem é determinada pela capacidade de produção que é igual a 5.000 unidades, sendo 500 unidades ao ano	4	R\$ 200,00	R\$ 800,00	R\$ 1.800,00
Taxa de depreciação ao ano é de 10%	5	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.600,00
	6	R\$ 200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.400,00
	7	R\$ 200,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.200,00
	8	R\$ 200,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.000,00
	9	R\$ 200,00	R\$ 1.800,00	R\$ 800,00
	10	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00	R\$ 600,00
				Valor Residual = R\$ 600,00

Fonte: MCASP, 2017, p. 194

Em resumo, este método utiliza-se a seguinte fórmula:

Depreciação anual = n° de unidades produzidas no ano / n° totais a serem produzidos.

Após detalhar cada método de depreciação, será aplicado exemplos práticos com dados simbólicos de uma entidade pública.

3 ANÁLISE DE DADOS

A análise deste artigo deu-se por meio pesquisa bibliográfica e documental, em que foram citados as principais normas e leis que regulamenta o processo de depreciação. Foram apurados três métodos de depreciação que podem ser aplicados nas entidades públicas para realizar a devida depreciação obrigatória por lei.

Para aplicar exemplos práticos, serão utilizados casos hipotéticos com base apenas em uma classificação de bens, devido a imensidade de classificação que a norma disponibiliza. Será analisado cada método de depreciação individualmente, e será calculado e contabilizado a depreciação com base em bens classificados em veículos em geral.

De acordo com Manual SIAFI, os bens desta classificação possuem o prazo de vida útil de 15 anos e percentual de valor residual de 10%.

Utilizando o método das quotas constantes, a depreciação dos bens em questão será calculada com base na fórmula e os dados serão dispostos da seguinte forma:

Fórmula: Depreciação anual = (valor do ativo – valor residual) * taxa de depreciação

Valor do veículo: 35.000,00

Valor residual: 3.500,00 (35.000,00 * 10%)

Valor depreciável: 31.500,00 (35.000,00 – 3.500,00)

Vida útil estimada: 5 anos

Taxa de depreciação anual: 20%

Quota anual de depreciação: 6.300,00 (31.500,00 * 20%)

Tabela 5: Exemplo prático de cotas constantes:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Valor bruto	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
Depreciação anual	6.300,00	6.300,00	6.300,00	6.300,00	6.300,00
Depreciação	6.300,00	12.600,00	18.900,00	25.200,00	31.500,00
Valor líquido	28.700,00	22.400,00	16.100,00	9.800,00	3.500,00

Fonte: Autora (2018)

Verifica-se que no final da sua vida útil, no final de 5 anos, o valor líquido contábil do veículo ficou em 3.500,00, ou seja, igual ao valor residual que foi estimado. Quando um bem foi depreciado em sua totalidade, chegando ao valor residual, significa que o Bem não poderá ser mais depreciado, cabendo a entidade pública definir o seu destino.

Neste método, a depreciação anual sempre será mesmo valor, por isso o nome de cotas constantes. Este método é o mais comum a ser aplicado pelas entidades, devido a sua cota fixa e com base nas classificações de bens que uma entidade pública possui.

Para o método da soma de dígitos, serão utilizados os mesmos parâmetros aplicados no método de cotas constantes, para uma melhor comparação.

Fórmula: 1+2+3+4+5 = 15 (somar os algarismos da vida útil do bem)

Valor do veículo: 35.000,00

Valor residual: 3.500,00 (35.000,00 * 10%)

Valor depreciável: 31.500,00 (35.000,00 – 3.500,00)

Vida útil estimada: 5 anos

Taxa de depreciação anual: 20%

Quota anual de depreciação crescente:

$$1/15 = 0,067 \text{ (31.500,00 * 0,067) = 2.110,50}$$

$$2/15 = 0,133 \text{ (31.500,00 * 0,133) = 4.189,50}$$

$$3/15 = 0,20 \text{ (31.500,00 * 0,20) = 6.300,00}$$

$$4/15 = 0,267 \text{ (31.500,00 * 0,267) = 8.410,50}$$

$$5/15 = 0,333 \text{ (31.500,00 * 0,333) = 10.489,50}$$

Tabela 6: Exemplo prático de soma de dígitos

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Valor bruto	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
Depreciação anual	2.110,50	4.189,50	6.300,00	8.410,50	10.489,50
Depreciação	2.110,50	6.300,00	12.600,00	21.010,50	31.500,00
Valor líquido	32.889,50	28.700,00	22.400,00	13.989,50	3.500,00

Fonte: Autora (2018)

Verifica-se que também para este método, no final da sua vida útil, o valor do veículo ficou em 3.500,00, ou seja, igual ao valor residual que foi estimado.

Neste, foi aplicado o método crescente, pois iniciou do menor ano para o maior, assim, a depreciação anual, também inicia com valor menor e vai aumentando gradativamente.

Este método é aplicado em bens em que deseja depreciar gradativamente conforme vai sendo utilizado, ou seja, quanto mais o bem é usado, maior a sua depreciação.

Em relação ao método de depreciação de unidades produzidas, no qual tem características de depreciação com base no número de produção de um ativo, este método não se enquadra em uma entidade pública, pois a mesma administra bens e não tem função em produção.

4 CONCLUSÕES

Com relação ao objetivo proposto, ficou evidenciado que as entidades públicas estão preparadas para adotar os procedimentos para calcular e registrar a depreciação em conformidade com o que prevê o MCASP e as NBCASP.

Com a chegada do MCASP em 2013, o registro da depreciação para bens tangíveis (exemplos de mesa, computador, veículos), amortização para bens intangíveis (exemplos de marcas, software) e exaustão para extração de recursos naturais e florestais, são procedimentos novos no âmbito do setor público, onde profissionais da área pública poderão estar enfrentando situações que geram dúvida de determinado procedimento ou regra. Para isso, se faz muito importante a leitura e estudo constante nas normas e leis que tratam exclusivamente destes processos.

Outros fatores como percentual de depreciação, quantos anos este bem tem de vida, quanto este bem irá custar no final desta vida útil e qual método de depreciação será aplicado, são de extrema importância e responsabilidade da entidade coletar estas informações para realizar uma depreciação correta e fiel, não causando desvalorização do bem e nem prejuízos a sociedade, pois são aos bens públicos.

Um fator muito relevante, é definir qual método de depreciação utilizar em cada bem. Os métodos disponibilizados pelos órgãos regulamentadores, atendem as necessidades dos bens patrimoniais, permitindo que seja depreciado um valor único e fixo mês a mês no que se refere o método linear ou cotas constantes, no qual é o mais comum pelas entidades públicas. Pode ser utilizado também a depreciação de forma crescente ou decrescente por meio do método da soma de dígitos, onde é utilizado e aplicados principalmente em bens onde seu desgaste ser maior ao longo do tempo, por exemplo os veículos. E por fim, o método que se aplica em produção de bens, que é pouco utilizado pelos órgãos públicos.

Diante do estudo realizado, recomenda-se futuras pesquisas para abordar os seguintes assuntos:

- análises dos benefícios e/ou prejuízos com os registros de depreciações aplicados em órgãos públicos;
- comparativo da depreciação realizada no setor público X setor privado;
- análises dos bens que a entidade não registra depreciações conforme os métodos disponibilizados pelas normas.

Concluimos que a entidade pública tem uma grande responsabilidade em registrar corretamente as depreciações dos bens públicos, no qual possui orientações e suporte da legislação vigente, normas e manuais. A obrigatoriedade dos registros é para evidenciar e transparecer o valor atual do patrimônio público da entidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos, ARRUDA, Daiel Gomes. **Contabilidade Pública: da teoria a prática**. São Paulo: Saraiva, 2004

BARBOSA, Diogo Duarte. **Manual de Controle Patrimonial: nas entidades públicas**. Brasília Gestão Pública, 2013

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Série provas e concursos: contabilidade pública**. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o código civil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual do SIAFI – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações**. 2010. Brasília-DF, 25 jun. 2010. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 27 jun. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). **Resolução nº 1136 de 25 de novembro de 2008**. Aprova a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001136>. Acesso em 10 abr. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). **Resolução nº 1136 de 25 de novembro de 2008**. Aprova a NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001129>. Acesso em 10 abr. 2018.

MARTIS, Rosilda Baron. **Metodologia Científica**. Curitiba: Juruá, 2008.

SANTOS, Gerson dos. **Gestão Patrimonial**. Florianópolis: Secco, 2010

Secretaria do Tesouro nacional. **Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público (MCASP)**: válido para 2017. 7. Ed. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasp>>. Acesso em 10 abr. 2018.